

REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS

## Jovens de Inhambane defendem que futura legislação deve estabelecer um prazo de até 15 dias para resposta ao pedido do DUAT



Depois da cerimónia inaugural de quinta-feira na Província de Gaza, ontem, sexta-feira, 07 de Maio, foi a vez de Inhambane acolher o debate público no âmbito da auscultação de jovens sobre a revisão da Política Nacional de Terras. Falando na abertura da cerimónia, o Director dos Serviços Provinciais do Ambiente, em representação da Secretária de Estado da Província de Inhambane, de-

fendeu que um dos desafios que a Inhambane enfrenta é o aumento do número de população perante um recurso terra que não é renovável, aliado aos desafios decorrentes das mudanças climáticas que demandam uma compensação da biodiversidade.

O Director dos Serviços Provinciais do Ambiente de Inhambane falou também da emergência dos megaprojectos que,

para o seu desenvolvimento, precisam do recurso terra. "A iniciativa do CDD de auscultar jovens sobre a revisão da Política Nacional de Terras constitui uma exaltação da cidadania. Todos nós, como moçambicanos, nas nossas comunidades, organizações, temos esta ímpar oportunidade de participar no melhoramento da nossa política de terras".

Em representação do Governador da

Província de Inhambane esteve presente o Director da Juventude, Emprego e Desporto, Hélder Jossias Francisco. Na sua intervenção, Hélder Fernando saudou a iniciativa do CDD e apelou a todos os jovens a emitirem as suas opiniões sem receio para que Moçambique tenha um instrumento de gestão de terras que reflecta as mais variadas sensibilidades e aspirações dos moçambicanos.

Durante o debate que se seguiu, os jovens de Inhambane apresentaram várias preocupações relacionadas com o acesso, uso e gestão de terras, como seja a venda de parcelas pelos respectivos proprietários em conluio com as estruturas dos bairros, em clara violação da Constituição da República que estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada.

Os jovens de Inhambane criticaram também a morosidade no processo de tramitação dos pedidos do Direito de Uso e Aproveitamento de terra (DUAT), onde em alguns casos chega a demorar mais de dois anos. "Além disso, há a exigência de construção convencional como condição para a obtenção do DUAT definitivo para a habitação. Isto é, muitos jovens que têm construções precárias não conseguem ter a autorização definitiva do DUAT". Além da demora na atribuição de DUAT, os jovens queixam-se também de elevadas taxas que são cobradas no processo.

Nas zonas urbanas, as autoridades municipais são acusadas de expropriação de terras das comunidades para as conceder a novos titulares, sem consulta prévia às famílias. Trata-se de uma prática que viola o espírito da legislação de terras que defende o processo de titulação do DUAT deve ser antecedido por consultas às comunidades para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes. "A falta de consulta resulta muitas vezes em conflitos de terra devido à dupla ou mesmo tripla atribuição. Isto é, o mesmo espaço que é explorado há mais de 20 anos por família pode ser reclamado por novos titulares que se apresentam com documentos passados pelas autoridades municipais ou governamentais".

Os jovens de Inhambane deixaram as seguintes sugestões: a futura legislação deve estabelecer o prazo máximo da resposta ao pedido do DUAT, que não pode exceder 15 dias, como forma de evitar a corrupção; a lei deve estabelecer que o cidadão seja cobrado pelo titular do espaço apenas o preço das bem-feitorias existentes; deve ser a própria lei a estabelecer o preço a pagar pelas bem-feitorias existentes no espaço a ser concedido por um titular, de acordo com as suas especificidades; a lei deve estabelecer que a taxa para



a aquisição do DUAT não seja superior a 1.000 meticais (mil meticais) para permitir o acesso das camadas desfavorecidas.

Depois de Gaza e Inhambane, o CDD vai organizar, na próxima semana, cerimónias idênticas de debate público e auscultação de jovens no âmbito da revisão da Política Nacional de Terras nas províncias de Nampula e Zambézia. Esta campanha

de auscultação de jovens surge no âmbito do memorando de entendimento assinado entre o CDD e o Ministério da Terra e Ambiente, em Julho de 2020. O objectivo central é garantir maior participação dos cidadãos, sobretudo dos jovens que constituem o presente e o futuro de Moçambique, no processo de revisão da Política Nacional de Terras.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

